

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

CLARA FASSONI BONACHELA

SOCIOLOGIA LUSÓFONA-AFRICANA E O ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS NO BRASIL

BAURU

2022

CLARA FASSONI BONACHELA

SOCIOLOGIA LUSÓFONA-AFRICANA E O ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS NO BRASIL

Monografia de Iniciação Científica desenvolvida pelo Programa Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) e apresentada à Comissão Interna de Pesquisa do Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO) sob orientação do Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.

BAURU

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B697s	<p>Bonachela, Clara Fassoni</p> <p>Sociologia Lusófona-Africana e o Estudo das Relações Étnico-Raciais no Brasil / Clara Fassoni Bonachela. -- 2022. 46f. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli</p> <p>Monografia (Iniciação Científica em Letras/Português e Inglês) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP</p> <p>1. Instituição de Ensino Superior. 2. Ciências Sociais. 3. Sociologia. 4. Relações étnico-raciais. 5. Países africanos lusófonos. I. Pasquarelli, Bruno Vicente Lippe. II. Título.</p>
-------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pela possibilidade e pelo ensino do amor ao estudo.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Pasquarelli, pelo compartilhamento do conhecimento, pela atenção, pela disponibilidade e por acreditar na possibilidade e na importância da realização desta pesquisa voluntária.

RESUMO

O Brasil e demais países africanos lusófonos têm em comum um passado de colonização portuguesa que influenciou não somente as relações econômicas entre esses países e sua metrópole, mas também as relações sociais, por meio do estabelecimento de uma hierarquização entre as diferentes etnias. Tal cenário ainda se faz presente quando consideramos a perpetuação do racismo nas diferentes instâncias e um monopólio do referencial teórico europeu como base da produção do conhecimento científico no âmbito acadêmico. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo investigar a contribuição do pensamento sociológico africano lusófono na construção de conhecimento das relações étnico-raciais brasileiras em instituições de ensino superior, a partir de uma pesquisa documental, com finalidade descritiva incidente sobre os planos de disciplinas obrigatórias e eletivas dos cursos de Ciências Sociais de duas das principais universidades públicas do estado de São Paulo – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e Universidade de São Paulo (USP) – em busca de referenciais africanos lusófonos na bibliografia. A partir dos resultados encontrados, foi possível concluir que há inexpressiva contribuição dessa bibliografia no respaldo da construção de conhecimento nesse âmbito, muito embora, sendo países com um passado histórico de colonização portuguesa, a despeito das particularidades de seus processos de independência e características socioculturais, seja fundamental associar a produção de conhecimento em Sociologia a respeito das relações étnico-raciais desses países com o contexto brasileiro, visando a identificar aspectos que contribuam para a compreensão nacional sobre o fenômeno.

Palavras-chave: Instituição de Ensino Superior. Ciências Sociais. Sociologia. Relações étnico-raciais. Países africanos lusófonos.

ABSTRACT

Both Brazil and other Portuguese-speaking African countries have in common a past of Portuguese colonization that influenced not only the economic relations between these countries and their metropolis but also the social ones through the establishment of a hierarchy among different ethnic groups. This scenario is still present when we consider the perpetuation of racism in various instances and a prevalence of the European theoretical reference as the basis for scientific knowledge in the academic field. Thus, this documental study investigated how much contribution the Lusophone-African sociological thought has in studies of Brazilian ethnic-racial relations conducted in higher education institutions. With descriptive purpose, the programs of compulsory and elective disciplines of the Social Sciences courses in two traditional public universities of the state of São Paulo - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) and Universidade de São Paulo (USP) - were analyzed in order to find African Lusophone references in its bibliography. The study found an inexpressive contribution of this bibliography in this field, even though it is fundamental to associate the production of knowledge in Sociology about ethnic-racial relations in these countries with the Brazilian context, aiming to identify aspects that contribute to the national understanding of the phenomenon.

Keywords: Higher Education Institution. Social Sciences. Sociology. Ethnic-racial relations. Portuguese-speaking African countries.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA.....	7
2	MATERIAIS E MÉTODOS	19
2.1	TIPO DE PESQUISA	19
2.2	PARTICIPANTES.....	19
2.3	LOCAL.....	20
2.4	INSTRUMENTOS E MATERIAIS.....	20
2.5	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	21
2.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	22
2.7	CUIDADOS E ASPECTOS ÉTICOS	22
3	RESULTADOS	24
3.1	PESQUISA DOCUMENTAL	24
3.1.1	CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS USP	25
3.1.2	CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS UNESP, CÂMPUS DE ARARAQUARA	27
3.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO	29
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
4.1	CARLOS MOREIRA HENRIQUES SERRANO.....	31
4.2	JOSÉ LUÍS DE OLIVEIRA CABAÇO	32
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA A ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	39
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ELABORADO NO APLICATIVO DE GERENCIAMENTO DE PESQUISAS <i>GOOGLE FORMS</i>	40
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	42
	ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	44

1 INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

O fluxo de pessoas de um determinado país a outro, até mesmo de um continente a outro, é uma realidade indiscutível na atualidade, acentuada pelo fenômeno da globalização, mas presente na história da humanidade desde os tempos mais primitivos. Motivada por diferentes fatores relacionados a necessidades específicas de cada grupo, época e contexto, a mistura entre pessoas de distintas etnias, oriunda dos movimentos migratórios, deu origem às identidades de cada nação (BATISTA, 2009).

Especificamente,

O Brasil oferece o melhor exemplo de um país que nasceu do encontro das diversidades étnicas e culturais. Povos indígenas, primeiros habitantes da terra que se tornou o Brasil; aventureiros e colonizadores portugueses; africanos deportados e aqui escravizados; imigrantes europeus de diversas origens étnicas e culturais e imigrantes asiáticos, todos formam as raízes culturais do Brasil de hoje (MUNANGA, 2015, p. 20).

Não é sem conflito, entretanto, que essas aproximações e misturas étnicas ocorreram e ocorrem, uma vez que o imediato estranhamento e julgamento de uma cultura sobre a outra culminam na consolidação de ideias pré-estabelecidas, as quais criam representações, muitas vezes, negativas e distorcidas da figura do outro (NASSARALA, 2012).

Nessa perspectiva, a presença dos europeus na África entre os séculos XVI e XIX, que transformou a escravização de africanos vencidos em guerras internas ao continente em um verdadeiro "empreendimento econômico" à medida que a colonização nas Américas avançava (PEREIRA, 2014, p. 53), deu início a um processo inexorável de associação da cor da pele negra à condição de escravo (GOMES, 2019). Essa relação de poder econômico encontra justificativa, entre outros fatores, quando se consideram as encíclicas papais *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex*, do século XV, que dão "direito aos Reis de Portugal de despojar e escravizar eternamente os Maometanos, pagãos e povos pretos em geral" (LOPES, 1955 *apud* OLIVA, 2003, p. 435). Em resumo, conforme já afirmava Williams em 1944, "A escravidão não nasceu do racismo; mas o racismo foi a consequência da escravidão" (*apud* GOMES, 2019, p. 76).

Essa ideologia racista, contudo, do contrário que se poderia inferir, foi ainda mais uma vez estimulada no contexto posterior à Abolição, promulgada pela Lei Áurea em 1888 (MARTINS, 2012), visto que "a exasperação das atitudes e dos ideais racistas foi a maneira encontrada para mantê-los [os negros, ex-escravos] à margem da sociedade" (JACCOUD *apud* MARTINS, 2012, p. 275).

Desse modo, de acordo com Gomes (2019), a liberdade conferida aos africanos negros escravizados não foi sinônimo de oportunidade de mobilidade social ou de melhoria de vida, o que é uma realidade perpetuada até o tempo presente, evidente quando se analisam as estatísticas recentes: enquanto 22,2% da população branca têm ao menos 12 anos de estudo, apenas 9,4% da população negra os tem, assim como a porcentagem de apenas 0,03% dentre os 200 mil doutores presentes nas academias do país em 2010. Além disso, somente 10% dos livros publicados no Brasil entre os anos de 1965 até 2014 foram de autores negros e não menos discrepantes são os dados criminalísticos, nos quais é oito vezes maior a chance de homicídio de um homem negro no país do que de um homem branco.

Embora os processos de construção histórica do Brasil não se restrinjam àqueles posteriores à colonização, não se pode negar a mudança de perfil que a presença dos portugueses em território nacional foi conferindo a ele ao longo do tempo, inegavelmente responsável pela diversidade de etnias que participou da formação do povo brasileiro (VISENTINI, 2014). Dentre eles, a escravização de indivíduos africanos, iniciada em meados de 1535 e prolongada por quase quatrocentos anos, merece destaque por ter influenciado de maneira decisiva a composição atual da população do Brasil, que ocupa o segundo lugar no ranqueamento de países com as maiores populações negras ou de origem africana do mundo: cerca de 115 milhões de pessoas (GOMES, 2019).

Tamanha expressividade se dá devido ao fato de que a mão obra negra e escrava foi a base das relações de produção mercantilistas de todos os ciclos econômicos coloniais brasileiros, desde à monocultura exportadora da cana-de açúcar até do café (BARROS JUNIOR *et al.*, 2011 *apud* MAXIMILIANO, 2012), para o que se exigiu um contingente populacional muito numeroso.

Iniciam-se, assim, aproximadamente três séculos e meio de uma relação de dominação baseada na perspectiva do que se entende socialmente por raça, em consonância ao que Morrison (2019, p. 23-24) salienta:

A tendência dos humanos de separar aqueles que não pertencem ao nosso clã e julgá-los como inimigos, como vulneráveis e deficientes que necessitam ser controlados, tem uma longa história que não se limita ao mundo animal nem ao homem pré-histórico. A raça tem sido um parâmetro de diferenciação constante, assim como a riqueza, a classe e o gênero, todos relacionados ao poder e à necessidade de controle.

A distinção que subjuga indivíduos de raças diferentes àquela do grupo social que ocupa a posição de dominação nada mais é do que uma postura etnocêntrica, isto é, uma visão de mundo que inferioriza todos os valores, modelos e definições de realidade que não sejam os

seus, fortemente arraigada na história das sociedades e articulada por uma série de mecanismos e razões intelectuais, racionais, emocionais e afetivas (ROCHA, 1984 *apud* NASSARALA, 2012). Entretanto, "a construção ideológica da inferioridade dos negros não foi motivada unicamente pelo estranhamento cultural, [mas também] pela legitimação da conquista e dominação dos africanos" (MARTINS, 2012, p. 267).

Nesse sentido, explorando as justificativas etnocêntricas do período da escravidão no Brasil, podemos encontrar algumas concepções teológicas e filosóficas determinantes sobre as diferenças entre os seres humanos de pele preta e branca. Gomes (2019) traz alguns exemplos que auxiliam a compreensão desse panorama: Jorge Benci, jesuíta italiano que chegou ao país em 1681, atribuía o cativeiro de africanos à maldição de Cam, aprovada por Deus, segundo a qual todos os descendentes de Canaã deveriam ser escravizados. Além disso, o autor ainda lembra que, segundo os exemplos de ordem estética e psicológica trazidos pelo historiador David Brion Davis, nas obras de arte medievais, associadas à religião cristã, as figuras do bem eram representadas com a pele clara, ao passo que os demônios apareciam como entidades de pele negra e traços semelhantes aos dos africanos. Já como considerações pertinentes ao campo da Filosofia, Gomes (2019) destaca as considerações de David Hume e Immanuel Kant, as quais podem ser exemplificadas com a citação deste trecho extraído diretamente da obra "Observações sobre o sentimento do belo e do sublime":

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um negro tenha demonstrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores (KANT, 1764, p. 1).

Se é essa a ideologia racista que legitima a escravidão no Brasil, não menos expressiva é a ideologia que se difunde após a Abolição, em finais do século XIX e início do século XX. Representando o momento histórico em que se começa a forjar uma identidade nacional como país independente da metrópole portuguesa, no Brasil, intelectuais encontraram respaldos de caráter cientificista nas teorias darwinistas e evolucionistas provenientes da Europa para justificar as políticas de branqueamento da nação recém-independente, que precisava progredir no cenário mundial, como o estímulo à imigração europeia ao território nacional (MARTINS, 2012). Tomando a liberdade de reunir ambas as teorias, com base nas afirmações de Schwarz

(2008), citada por Martins (2012), elas consideravam que as diferentes raças passariam por processos de evolução iguais, mas em momentos diferentes, justamente por assumirem potenciais ontológicos diversos. Nesse sentido, a miscigenação representaria uma degeneração de raças, que somente em seu caráter puro poderiam alcançar o progresso.

Esse racismo científico pode ser melhor compreendido quando se analisam as constatações de Samuel Cartwright, citado por Morrison (2019, p. 24-25), médico do sul dos Estados Unidos - outro país em que essas teorias foram fortemente acolhidas - no "Relatório sobre as doenças e peculiaridades físicas da raça negra", publicado no periódico *New Orleans Medical and Surgical Journal*, de 1851:

Os negros, via de regra, salvo raras exceções, só podem ter suas faculdades intelectuais despertadas o suficiente para receberem cultura moral e para se beneficiarem da instrução religiosa ou de outra natureza quando submetidos à autoridade obrigatória do homem branco...Por sua indolência natural, exceto quando submetidos ao estímulo da obrigação, eles passam a vida dormitando uma vez que sua capacidade pulmonar para o ar atmosférico foi expandida somente até a metade por falta de exercício [...] O sangue negro que irriga o cérebro acorrenta a mente à ignorância, à superstição e à barbárie, e fecha a porta para a civilização, a cultura moral e a verdade religiosa.

Morrison (2019) ainda destaca enfermidades reportadas por Cartwright, dentre elas a *dysaesthesia aethiopica*, uma doença diagnosticada exclusivamente em pessoas negras, que levaria a um quadro de letargia mental.

O panorama político do Brasil, portanto, ecoava afirmações como as de Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, aderidos que estavam "às teorias etnocêntricas e racistas europeias" (PILETTI; PRAXEDES, 2010, p. 130), dentre as quais pode-se transcrever a seguinte:

A minha these, pois, é que a victoria na lucta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco; mas que este, para essa mesma victoria, attentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que de util as outras duas raças lhe podem fornecer, maximè a preta, com que tem mais cruzado. Pela selecção natural, todavia, depois de prestado o auxilio de que necessita, o typo branco irá tomando a preponderancia até mostrar-se puro ehello como no velho mundo. Será quando já estiver de todo acclimatado no continente. Dous factos contribuirão largamente para tal resultado:— de um lado a extinccão do trafico africano e o desaparecimento constante dos indios, e de outro a emigração européa! (ROMERO, 1880, p. 53).

A partir das ideias apresentadas, pode-se inferir que o racismo, sempre atrelado a diferentes justificativas de cunho religioso, filosófico ou científico, e antes legitimado pelas relações de poder sobretudo econômicas, passa a assumir a função política de auxiliar a formação de uma nova nação, ansiosa por atingir o ideal europeu de progresso e uma

visibilidade mundial. E é nessa conjuntura que "quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade" (SILVA, 2000 *apud* MARTINS, 2012, p. 277).

Avançando, porém, para meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos fascistas e nazistas, a discriminação pautada em ideais etnocêntricos se desmoralizou, passando a ser considerada como uma forma de preconceito imoral que leva a comportamentos injustificáveis de eugenia, o que coincide com o que se convencionou denominar "racismo à brasileira", isto é, um racismo existente, mas velado, porque considerado moralmente incorreto (PILETTI; PRAXEDES, 2010).

Embora já tenha sido compreendido por teóricos do século XX, entre eles Gilberto Freyre, como um país em que existe uma democracia racial, como será detalhado mais adiante, na qual haveria oportunidade natural de ascensão social de pessoas negras ao longo do tempo (VISENTINI, 2014), o Brasil, ao contrário, perpetua ideários eurocêntricos e dicotomizados. Estes pouco se voltam para a valorização da diversidade cultural em que estão enquadrados os "saberes e práticas de grupos sociais que, devido ao capitalismo e colonialismo, foram historicamente negados" (BASTOS; GONÇALVES, 2015, p. 30), tais quais as contribuições africanas.

Nas palavras de Rodrigues (2018, p. 187), "o imperialismo, seja ele na forma da colonização ou da globalização, acaba por impor uma inexpressividade das culturas e das tradições não ocidentais, e as especificidades locais são consideradas exóticas, ultrapassadas, ou até incompreensíveis ao mundo".

Propaga-se em verdade, aquilo que pode ser entendido por epistemologias do Norte, para utilizar a teorização de Boaventura de Sousa Santos: uma conjuntura de produção e de identificação de que só é válido e crível o conjunto de conhecimentos que legitimem a supremacia do pensamento eurocêntrico (SOUSA SANTOS, 2019).

Opondo-se a elas estariam as epistemologias do Sul, que podem ser definidas como um conjunto de conhecimentos produzidos e validados com base "nas experiências de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição" (SOUSA SANTOS, 2019, p. 17) causada, entre outros fatores, pelo colonialismo.

Somando-se tal desvalorização de referenciais "do Sul", entre os quais situam-se os saberes africanos de modo geral, conforme já afirmado, a esse cenário de perpetuação do racismo no Brasil, torna-se pertinente questionar quanto à presença ou ausência de referencial africano no estudo sociológico das relações étnico-raciais brasileiras contemporâneas, sobretudo em âmbito universitário.

Em verdade, pelas considerações tecidas, acredita-se que haja pouca contribuição de referencial africano, nem mesmo de países lusófonos no estudo e produção de conhecimento sociológico quanto às relações étnico-raciais contemporâneas no âmbito universitário, os quais poderiam, devido ao idioma, ser mais acessíveis aos estudiosos.

Delineada a hipótese da pesquisa, acredita-se que esta possa contribuir para a superação da referida hierarquização da sociedade à medida que, se confirmada, pode denunciar a falta de uma parcela do referencial científico africano importante na esfera das instituições de ensino superior, que poderia ampliar a percepção sobre a problemática e seus desdobramentos, ainda que dentro das limitações condicionadas ao tipo de pesquisa e procedimentos metodológicos que compõem este estudo de iniciação científica.

Muito embora se saiba que a valorização do saber erudito, produzido nos círculos acadêmicos, reflita uma concepção expressivamente ocidental, de acordo com o que afirma José Rivair Macedo,

ao longo dos séculos XIX-XX, durante os períodos da colonização europeia, descolonização e reorganização das sociedades africanas, os intelectuais nascidos na África apropriaram-se de um vasto conjunto de referenciais teóricos, conceituais e metodológicos, empregando-os para expressar a posição de seus coetâneos em relação ao mundo. Paralelamente aos saberes orais, tradicionais, e à experiência vivida que orientavam as formas de organização sociocultural dos povos anteriores ao período de domínio europeu, ganhou corpo um novo tipo de saberes eruditos, fundados em pressupostos acadêmicos, científicos e que deu sustentação ao que se tem denominado *pensamento africano*. (MACEDO, 2016, p. 11).

Logo, a consideração do “*pensamento africano*” nos estudos universitários não provocaria uma ruptura no que se entende por “saberes científicos”, tampouco excluiria todo um conjunto de conhecimentos produzido por nações que não estão pautadas somente no saber tradicional, ou que surja das lutas sociais e políticas “de resistência contra a opressão e contra o conhecimento que legitima essa mesma opressão” (SOUSA SANTOS, 2019, p. 18).

Tal postura como pressuposto de pesquisa contribui para superar, conforme já afirmava J. Uberoi, sociólogo indiano, em 1978 (p. 14-15 apud SOUSA SANTOS, 2019, p. 25-26), o *status* atribuído a tais conhecimentos silenciados, que recebiam, “na melhor das hipóteses, o nome simpático de ‘etnociência’ e, na pior, de superstição falsa e de ignorância mais sombria.”.

Ademais, considerando, especificamente, os países africanos de língua portuguesa em um paralelo com o Brasil, pode-se encontrar correspondências para além do idioma, a despeito do qual compartilham um passado histórico de colonização portuguesa, ainda que cada um contemple particularidades em seus processos de independência e características socioculturais. De todo modo, eles são os conhecidos Palop, isto é, países africanos que têm por língua oficial o português – por isso lusófonos – sendo eles: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau,

Moçambique e São Tomé e Príncipe, todos independentes de Portugal entre 1973 e 1975 (ARENAS, 2019, p. 25).

Com relação à escolha dessa nomenclatura, como a expressão “lusófonos” e suas variantes, para esta pesquisa, é importante que se esclareça a respeito. O termo “África Lusófona” foi cunhado no King’s College, em 1984, mas é possível afirmar que foi a partir da obra de Patrick Chabal intitulada *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, publicada em 2002, que se delinearam muito bem o conceito e seu âmbito de estudos, o que foi também amplamente divulgado para além do espaço acadêmico lusófono. Entretanto, uma série de intelectuais dos Países de Língua Portuguesa e até mesmo portugueses e brasileiros não demonstraram simpatizar muito com ele ou julgá-lo o mais correto (CARVALHO, 2014).

Isso, pois desperta consigo, não por parte de poucos, conotações neocoloniais para quem com eles se depara e “não deseja qualquer reconhecimento imediato de Portugal como uma referência cultural. A palavra “Lusofonia”, tal qual relembra Lopes (2003, p. 170), “vem de Luso, uma designação demasiado cognitiva de português para ser facilmente aceite por outrem.”

Como afirma Tomás (2011, p. 1)

A lusofonia foi construída sobre este conceito, celebrando o encontro entre colonizados e ex-colonizados, a mestiçagem, como se no seu subtexto não houvesse também silêncios, consentimento, violência, intolerância, genocídios e o ocaso de muitas culturas.

Porém, atualmente, “os benefícios económicos potenciados pela similitude linguística, além do trabalho de aproximação que a CPLP tem vindo a desempenhar apesar das suas óbvias limitações, conduziram gradualmente a uma maior aceitação do conceito.” (CARVALHO, 2014, p. 15). A CPLP nada mais é do que a sigla para Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, originada no ano de 1996, em Lisboa, cujo intuito é aprofundar vínculos político-diplomáticos e a cooperação entre os países membros (LOPES, 2011).

Além disso, assim como procede Fernando Arenas, um dos maiores especialistas em produção cultural e literária dos países de língua portuguesa, faz-se essa escolha para simplificar o modo de se referir aos países que têm como língua oficial o português, inclusive os africanos, mas não se pode deixar de considerar que ele não é a língua, de fato, falada por muitos de seus habitantes fora do círculo da produção dos registros oficiais, acadêmicos e literários (ARENAS, 2019, p. 24).

Devidamente respaldada, a adoção do termo por este estudo deve-se ainda, como outrora mencionado, à valorização de tal correspondência de idioma, no sentido de que se acredita no

potencial de incentivar o trabalho brasileiro com as produções de conhecimento científico dessas nações, uma vez que não demanda um processo de tradução para outro idioma.

Isso posto, a fim de reiterar a justificativa desta pesquisa, é necessário retomar o panorama que se traçava da sociedade contemporânea brasileira. Esta ainda reproduz uma estrutura hierarquizada rigidamente: “etnias [de origem africana] foram ordenadas, de acordo com um sistema de valores discriminatório [...] objetivando manter os segmentos e grupos dominados nas últimas escalas de sua estrutura” (MOURA, p. 93-94, 2020). No entanto,

[...] para nós, americanos, latino-americanos, em busca de referências que nos capacitem a problematizar os pressupostos hegemônicos do pensamento ocidental, etnocêntrico, é fundamental recuperar, em conjunto, o aporte do pensamento africano e do pensamento afro-americano, afro-latino, afro-brasileiro. Se, no primeiro caso, a aproximação nos permite reavaliar nossa própria condição de subalternidade advinda de nossa “herança colonial”, no segundo caso trata-se da apropriação de um pensamento mantido em silêncio nas esferas acadêmicas. (MACEDO, 2016, p. 13).

Em concordância com o que afirma Rolim (2016, p. 168),

Necessitamos conhecer as experiências que outros países subdesenvolvidos tiveram em sua história de exploração e a consequência direta e dialética disto: as resistências. Se no Brasil já ignoramos os pensadores e processos latino-americanos [...], para a situação africana o esforço deve ser ainda maior. Ou iremos negar que não temos nada a aprender (em pleno capitalismo dependente no Brasil) [...] com a preocupação de Amílcar Cabral na elaboração de uma teoria revolucionária calcada no conhecimento profundo e exaustivo da realidade que pretende mudar?

Para ser melhor compreendida a referência a Amílcar Cabral, faz-se necessário esclarecer que foi um importante militante anticolonialista negro, nascido em Guiné-Bissau (FIGUEIREDO, 2019, p. 398), que participou da fundação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau (BARBOSA, 2020, p. 111) e de Cabo Verde (ARENAS, 2019).

Apenas com o intuito de comprovar como podem, ideologicamente, articular-se de maneira notória Palop e Brasil, conforme afirmação de Rolim transcrita logo anteriormente, recorre-se à citação de quanto o trabalho do já mencionado teórico Gilberto Freyre influenciou, assim como no Brasil, o imaginário dos países africanos de língua portuguesa.

Nas palavras de António Tomás, antropólogo e jornalista oriundo de Luanda, Angola, em seu livro “Casa Grande e Senzala”, de 1933, Freyre concebe o povo brasileiro como resultante de uma mestiçagem entre portugueses, indígenas e africanos, fenômeno este que teria se dado em uma espécie de “encontro fraterno entre os povos de três continentes nos trópicos brasileiros” (TOMÁS, 2011, p. 1).

O lusotropicalismo seria, ao mesmo tempo, um conceito, uma teoria, um sistema e um método de colonização consistindo na vocação congênita do português para ser atraído pela mulher de cor nas suas relações sexuais; o desinteresse do português em

relação à exploração económica dos trópicos; a manutenção de relações sociais com os habitantes dos países tropicais no sentido da mobilidade vertical na vida social e política, donde o corolário: uma parte da Ásia, da África e da América dominada por um pequeno número de portugueses que trariam no sangue a herança tropical de cruzamentos com mouros, revelando a marca de uma unidade de sentimento e de cultura que se chamaria “civilização lusotropical”. (ANDRADE, 1950, p. 28 apud MEDINA, 2000).

Tal concepção, de que os portugueses tinham uma tendência à mestiçagem e que, por isso, teriam praticado uma relação mais amena, cordial e até mesmo de proximidade sexual com os colonizados, foi extrapolada para o colonialismo dos Palop pela metrópole.

De fato,

Desde os começos da Ditadura Militar, e logo depois com o “Estado Novo” salazarista dos anos 30 – com o Acto Colonial desse ano, posteriormente incluído no texto da Constituição de 1933 –, que o discurso colonialista português se baseava essencialmente na ideia de um pretensão direito imperial de conquista, exploração, missionação católica e “civilização” [...] Com o começo da década de 50, [...] recorreu a Ditadura portuguesa a uma formulação ideológica mais sofisticada, agora com o tão sutil e oportuno suporte achado na colaboração prestigiante, activa e politicamente assumida por parte do sociólogo Gilberto Freyre (1900-87). (MEDINA, 2000, p. 49).

Nesse contexto, especificamente entre os cabo-verdianos, o lusotropicalismo provocou uma valorização dessa ideia de mestiçagem, mas com foco positivo na parte europeia (ARENAS, 2019), isto é, no que havia de europeu nessa composição.

Ora, esse fenômeno encontra justificativa na forma como se articulavam Cabo Verde e Portugal. É fato que os cabo-verdianos atuavam ao lado de António de Oliveira Salazar, ditador nacionalista português, na administração das outras colônias africanas, passando, devido ao reforço do pensamento lusotropicalista por este governante, a excluir e marginalizar “elementos culturais africanos, assim como os cabo-verdianos negros, do ponto de vista ideológico e político, ao mesmo tempo exacerbando as tensões culturais, regionais, raciais e de classe dentro de Cabo Verde desde a época colonial” (GOMES DOS ANJOS; FERNANDES, 2002 apud ARENAS, 2019).

Para Amílcar Cabral, em análise de seu contemporâneo Mário Pinto de Andrade sobre o prefácio escrito pelo primeiro no final da década de 1960 para a obra “A Libertação da Guiné: Aspectos de uma Revolução Africana”, de Basil Davidson, o lusotropicalismo foi, nesse sentido, o fundamento teórico de uma mitologia que funcionou como legitimadora do colonialismo português; “confundindo realidades biológicas, socioeconômicas e históricas, transformou os africanos, habitantes das ‘províncias-colônias de Portugal em felizes habitantes de um paraíso lusotropical’ (ARENAS, 2019, p. 79).

Em concordância com Cabral, por quem nutria grande admiração e foi fortemente influenciado (ROCHA E SILVA, 2016), Mário Pinto de Andrade foi o responsável por inaugurar a tradição sociocultural do saber endógeno na sociologia durante a segunda metade do século XX, tornando-se, assim, “o fundador da sociologia angolana e um dos percursores do pensamento sociológico africano” (KAGIBANGA, 1997/1998, p. 286).

Em verdade, foi o primeiro africano a questionar o lusotropicalismo de maneira explícita e assumida politicamente, muito embora utilizando o pseudônimo Buanga Fele em sua publicação na revista parisiense “*Preséance Africaine*”, no ano de 1955, intitulada “*Qu’est-ce que le lusotropicalismo?*”. Natural de Galungo Alto, em Angola, do ano de 1928, o autor dessa crítica partira para estudar na Faculdade de Letras de Lisboa e lá tivera a oportunidade de conviver com importantes nomes da africanidade, como o próprio Amílcar Cabral, que acaba de ser mencionado, Agostinho Neto e Eduardo Mondlane, e fundou o Centro de Estudos Africanos em 1951 (MEDINA, 2000).

Ele afirmara que “nunca houve um ‘casamento de culturas’ nos países africanos colonizados por Portugal, mas sim ‘uma relação entre cultura dominante e culturas dominadas’ (1955, p. 34 apud ARENAS, 2019, p. 77-78). Recorrendo ao censo populacional de 1955 das colônias portuguesas, ele contrastou, em números, a quantidade de habitantes europeus, mestiços e nativos “indígenas” e “assimilados”, desmentindo, em uma diferença de milhões, a ínfima assimilação que houvera.

Por exemplo, na Guiné-Bissau, os habitantes somavam 510.777, sendo os assimilados apenas 1.478 (MEDINA, 2000). O país de Cabral era dividido, associada à divisão entre brancos, mestiços e negros, em categorias sociais: não civilizados e civilizados, estes correspondendo a apenas 1,6% da população na década de 1950 (TÉ, 2016). “As autoridades de Lisboa decretavam ‘não civilizadas’ as populações indígenas da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, mas não de Cabo Verde.” (MENDY, 2012, p. 22 apud TÉ, 2016, p. 33).

Assim,

O que se observara na África portuguesa não fora a mestiçagem, mas antes o *racismo*, uma vez que o estatuto do *assimilado* exigia que este só podia ser considerado tal se tivesse frequentado uma escola secundária ou comercial e falasse corretamente o português. Os contratados, por seu lado, prolongavam ali o velho trabalho escravo. (MEDINA, 2000, p. 53).

Logo, essa teoria deveria receber uma dura crítica, bem como quaisquer outras ideologias que tentassem legitimá-la. Isso, pois, tal qual aponta Carlos Lopes (2008, p. 37),

na realidade esse mundo era mais perverso e se defendia com argumentos diferentes por nunca ter tido a força de dominar economicamente o que detinha, e por essa razão,

defensiva, ter-se transformado no mais centralizador dos impérios. Centro fraco, sim, mas com ideologia diferente.

Tal contradição também foi confirmada por Maria da Conceição Neto (1997 apud ARENAS, 2019), historiadora angolana que constatou a intensificação da segregação racial em Angola e Moçambique associada ao lusotropicalismo. Por trás do discurso colonial de integração entre as raças promovido por Salazar, o aumento do influxo de europeus para as colônias só fazia aumentar a segregação racial, tanto para os negros quanto para os mestiços (THOMAZ, 2002 apud ARENAS, 2019).

Segundo dados também trazidos na publicação de Mário Pinto de Andrade na revista “Preséance Africaine”, em Angola, a população era de 4.145.266 habitantes, na qual os negros somavam 4.036.687 e os assimilados apenas 30.089, além de que a população branca crescera 79% no país, em contraste com a indígena, que aumentara apenas 10%. (MEDINA, 2000).

Em Moçambique, fenômeno semelhante também pôde ser evidenciado pelo autor por meio dos números. Em um total de 5.732.317 habitantes, apenas 4.349 eram assimilados, em comparação com os indígenas, ou nativos “não civilizados”, que se reuniam em 5.640.363 habitantes (MEDINA, 2000, p. 52).

Por outro lado, no Brasil, houve mestiçagem, porém também se verificou, a partir de pesquisas financiadas pela Unesco em um período posterior à Segunda Guerra Mundial, “que os níveis de preconceito eram muito altos e o mito da *democracia racial* era mais um mecanismo de barragem à ascensão da população negra aos postos de liderança ou prestígio, quer social, cultural ou econômico.” (MOURA, 2020, p. 56).

Nesse sentido, já afirmava o mesmo autor, Clóvis Moura, (2020, p. 99-100) que a

herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil. O sistema classificatório que o colonizador português impôs, criou a categoria de *mulato* que entra como dobradiça amortecedora dessa consciência. O mulato é diferente do negro por ser mais claro e passa a se considerar superior; assimilando a ideologia étnica do dominador, e servir de anteparo contra essa tomada de consciência geral do segmento explorado/discriminado.

Avançando no tempo, as lutas de libertação dos Palop concretizaram-se e, com isso, forneciam um modelo cultural e racialmente negro ao Brasil; entretanto, também chamava a atenção em termos de racismo e “colonialismo” para uma situação análoga ao país (ALBERTO, 2011 apud ARENAS, 2019). Então, quando independentes, o Brasil foi um dos primeiros a reconhecê-los e articular relações mais diretas com eles, sobretudo durante o governo Lula. Não

entrando no mérito dos verdadeiros propósitos dessa aproximação, é fato que os intercâmbios aumentaram, no que a língua portuguesa está sempre presente (ARENAS, 2019).

Em suma,

Os países da África Lusófona representam formações sociais com divergências e semelhanças entre si e em relação ao restante da África em termos de seus interesses políticos, potencial e prioridades econômicos [...]. Ao mesmo tempo, não estão desligados do Ocidente de forma geral [...] ou de sua antiga metrópole ou do Brasil, com quem mantêm relações relativamente ricas e diversificadas, e onde as diásporas do colonialismo e escravatura persistem e, em alguns casos, prosperam. (ARENAS, 2019, p. 137).

Assim, constitui-se fundamental associar a produção de conhecimento dos países africanos lusófonos com o contexto brasileiro, notadamente a respeito das relações étnico-raciais, visando a identificar aspectos que contribuam para a compreensão nacional ainda maior sobre o fenômeno.

Dado o exposto, esta pesquisa admitiu como objetivo geral identificar a contribuição do pensamento sociológico africano lusófono na construção de conhecimento das relações étnico-raciais brasileiras. Este pôde ser atendido por meio do alcance aos seguintes objetivos específicos: investigar a contribuição do pensamento sociológico africano lusófono na construção de conhecimento das relações étnico-raciais brasileiras em cursos de Ciências Sociais das principais universidades públicas do estado de São Paulo; identificar as disciplinas obrigatórias e/ou eletivas dos cursos de Ciências Sociais das IESs selecionadas que contemplam o conhecimento sociológico africano lusófono a respeito das relações étnico-raciais em sua bibliografia; e colaborar com o desenvolvimento da necessidade de discussão da sociologia africana no Brasil, mostrando sua importância para a compreensão das relações étnico-raciais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 TIPO DE PESQUISA

Dados o referencial teórico, objetivos e problema de pesquisa, este estudo com abordagem quantitativa consistiu em uma pesquisa documental, com finalidade descritiva incidente sobre os planos de disciplinas obrigatórias e eletivas dos cursos de Ciências Sociais das três principais IESs públicas do estado de São Paulo em busca de referenciais africanos lusófonos na bibliografia. Essas instituições foram selecionadas dada à expressiva contribuição com a construção do conhecimento científico tanto em cenário nacional quanto internacional. Já a pesquisa documental foi selecionada, pois, segundo Gil (2008, p. 51), é a mais adequada para o estudo de “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Contemplaria ainda um levantamento de dados por meio de questionário a ser aplicado para estudantes dos cursos supracitados. Segundo Lakatos e Marconi (2003), o questionário consiste em um instrumento de coleta de dados formado por perguntas de diversos tipos, que promove, entre outras vantagens, uma maior uniformidade na avaliação, devido à sua impessoalidade e menor risco de distorção. O tipo de pergunta fechada, a qual foi escolhida para esta pesquisa, é aquela que limita a escolha pelas respostas entre apenas duas ou três opções, trazendo mais objetividade ao estudo e facilitando o trabalho do pesquisador, além da tabulação dos dados (LAKATOS; MARCONI, 2003). Esse procedimento foi selecionado a fim de contemplar a possibilidade de contato dos alunos com o referencial pesquisado mesmo em possibilidade de não constarem nos planos de ensino e estimar o interesse/opinião dos estudantes sobre ele.

2.2 PARTICIPANTES

Os participantes desta pesquisa seriam, inicialmente, 30 estudantes de graduação dos cursos de Ciências Sociais das três principais IESs públicas do estado de São Paulo, sendo 10 da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 10 da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), e 10 da Universidade de São Paulo (USP).

Entretanto, dadas as modificações necessárias no desenho experimental, a Universidade Estadual de Campinas não mais será alvo desta pesquisa. Em caso de viabilidade da aplicação dos questionários, participariam do estudo apenas alunos da Universidade Estadual Paulista

“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e da Universidade de São Paulo (USP), totalizando 20 alunos.

Como critério de inclusão, esses estudantes deviam ter idade superior a 18 anos e estar no último período do curso de graduação, tendo cursado todos os outros períodos na mesma instituição. Desse modo, seriam excluídos da pesquisa os indivíduos que estivessem em qualquer outro período ou curso de graduação, visto que não puderam cursar todas as disciplinas ofertadas, alvo desta pesquisa documental, e também alunos que, por transferência, tivessem cursado suas disciplinas em mais de uma IES.

2.3 LOCAL

A princípio, a pesquisa seria desenvolvida nos cursos de Ciências Sociais das três principais IESs públicas do estado de São Paulo - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e Universidade de São Paulo (USP). Em razão da pandemia do covid-19, ambas as etapas da pesquisa seriam contempladas online, dada a disponibilidade dos planos de ensino das disciplinas nos *websites* institucionais dessas universidades e a possibilidade do compartilhamento e de resposta ao questionário por parte dos participantes de maneira virtual.

Mediante a inviabilidade da análise dos planos de ensino da Universidade Estadual de Campinas dado o tempo reduzido desta pesquisa, como encontra-se em maior detalhe explicado na seção 3, “Resultados”, optou-se por manter no estudo apenas em UNESP e USP. Em específico, foi selecionado o câmpus de Araraquara da UNESP, em virtude da falta de material disponível no sítio *web* do curso de Ciências Sociais ofertado pelo câmpus de Marília dessa mesma universidade.

2.4 INSTRUMENTOS E MATERIAIS

Foi desenvolvido um questionário virtual (APÊNDICE A), formulado por meio do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*, contendo 6 perguntas fechadas. A primeira questão visava a categorizar o participante da pesquisa segundo a IES em que vinha cursado a graduação em Ciências Sociais, sendo ela: “*Em qual instituição de ensino superior você cursa a graduação em Ciências Sociais?*”, cujas respostas são, nesta ordem: *Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e Universidade de São Paulo (USP)*. Já as outras perguntas tinham o objetivo de coletar a informação sobre o contato dos estudantes

com o referencial africano lusófono nas disciplinas de graduação, a fim de contemplar a possibilidade de contato mesmo que não sugerido pelos planos de ensino e estimar seu interesse/opinião sobre a temática. Eram elas: “*Você teve contato com produções na área de Ciências Sociais de autores africanos lusófonos nas disciplinas obrigatórias do seu curso de graduação?*”; “*Você teve contato com produções na área de Ciências Sociais de autores africanos lusófonos nas disciplinas eletivas (optativas) do seu curso de graduação?*”; “*Você considera importante estudar a sociologia africana lusófona para auxiliar a compreensão das relações étnico-raciais brasileiras?*”; “*Você buscou conhecimento sobre a sociologia africana lusófona fora de seu curso de graduação?*”; “*Você gostaria de ter mais contato com o estudo da sociologia africana lusófona no curso de graduação?*”. A essas questões, as respostas resumiam-se às alternativas *Sim* e *Não*.

2.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa documental foi procedida por meio de consulta aos *websites* institucionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Araraquara, e Universidade de São Paulo (USP), os quais disponibilizam os planos de ensino atuais das disciplinas de seus cursos, entre eles, da graduação em Ciências Sociais. Uma vez consultados, esses planos de ensino foram individualmente tabulados em software *Excel*, versão 16.9, desmembrados em 5 colunas: código e nome da disciplina (coluna A); objetivos (coluna B); ementa (coluna C); referências bibliográficas (coluna D); e disponibilização – obrigatória ou eletiva (coluna E).

Quanto à coleta das respostas ao questionário, uma vez já aprovado o estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP/UNISAGRADO (ANEXO B), foi estabelecido contato com os Departamentos que abrigam os cursos de Ciências Sociais dessas universidades para solicitação de auxílio no seu envio via *e-mail* aos potenciais participantes da pesquisa – descritos nos critérios de inclusão. Entretanto, tal contato não resultou positivamente na execução desta etapa, o que será descrito em maior detalhe na seção 3, “Resultados”.

Sendo possível aplicá-lo, como o questionário é formulado por meio do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*, os estudantes deveriam, após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, identificar-se apenas por seus endereços de *e-mail* e poderiam responder apenas uma vez às perguntas. Suas respostas ficariam salvas na própria plataforma e poderiam ser posteriormente consultadas apenas pelos pesquisadores.

2.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados oriundos da pesquisa documental foi constituída por duas etapas. A primeira delas dizia respeito à identificação de palavras-chave por meio da ferramenta de busca disponibilizada pelo próprio software *Excel*, em que foram tabuladas as disciplinas, nas colunas B, C e D, de modo a encontrar aquelas que abordassem a temática de interesse deste estudo. Dessa primeira seleção, as colunas B e C foram lidas individualmente para confirmar se a seleção fora pertinente. Em seguida, as referências bibliográficas de cada uma delas foram consultadas para verificação da autoria, a fim de serem contabilizadas. Então, a partir do total de disciplinas selecionadas, tabuladas separadamente (Tabela 1 e Tabela 2), foi calculada a porcentagem delas que contemplavam referencial africano lusófono na bibliografia.

As respostas ao questionário, em caso de sua aplicabilidade, seriam também tabuladas por universidade e contabilizadas as respostas positivas e negativas às cinco perguntas subsequentes. Em seguida, verificar-se-ia a porcentagem de alunos que responderam ter tido contato com a temática durante a graduação, dentro das disciplinas ou fora da instituição, e o percentual de alunos que respondeu considerar importante a abrangência desse referencial para o estudo das relações étnico-raciais brasileiras.

2.7 CUIDADOS E ASPECTOS ÉTICOS

Em respeito à Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que reconhece as particularidades éticas das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, bem como à Resolução 510/16, que dispõe sobre as normas nelas aplicáveis quando envolvendo procedimentos metodológicos que incluam obtenção de dados diretamente com os participantes, esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP/UNISAGRADO (ANEXO B) - e seria conduzida mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A) pelos participantes. Tratava-se de uma pesquisa cujos potenciais riscos eram mínimos, podendo ocorrer constrangimento de abordagem e de participação em resposta ao questionário, embora este fosse composto por poucas perguntas e as respostas preservadas em anonimato. Apesar de não existirem indícios de maiores riscos, caso houvesse danos decorrentes, o pesquisador responsável assumiria a responsabilidade. Estimava-se, ainda, que os benefícios potenciais deste estudo seriam superiores aos malefícios, uma vez que visa a contribuir com a sociedade, à medida que preza pela superação da produção de conhecimento científico exclusivamente eurocêntrica, a qual ignora o valor que pode ser agregado à

compreensão da diversidade étnico-racial no Brasil e à busca por relações sociais não hierarquizadas por esse aspecto com a inclusão de referenciais teóricos africanos dentro do conhecimento sociológico.

3 RESULTADOS

3.1 Pesquisa Documental

A pesquisa documental foi efetuada por meio do levantamento dos planos de ensino das disciplinas oferecidas pelos cursos de Ciências Sociais da USP e da UNESP, câmpus de Araraquara. Essa última foi selecionada devido à maior disponibilidade dos materiais em seu *website* institucional, ao contrário do outro câmpus em que o curso é oferecido – Marília –, cujo *sítio web* apresenta apenas a grade disciplinar, sem disponibilização dos planos específicos.

Quanto à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), foi verificada heterogeneidade muito ampla tanto entre as disciplinas que são ofertadas durante os semestres quanto dos planos de ensino da mesma disciplina quando são oferecidas por distintos docentes. Sendo este um estudo inicial sobre a temática, a complexidade da coleta de dados tornava-o incompatível com o tempo demandado para a pesquisa, portanto optou-se por subtrair os dados relacionados a essa IES.

Todos os planos de ensino das disciplinas oferecidas para esses cursos de graduação foram acessados individualmente, e os dados coletados foram devidamente tabulados por meio do software *Microsoft Excel* versão 16.59, distribuídos em 5 colunas, sendo elas: código e nome da disciplina (coluna A); objetivos (coluna B); ementa (coluna C); referências bibliográficas (coluna D); e disponibilização - obrigatória ou eletiva (coluna E). As disciplinas oferecidas pela USP contabilizaram 220, ao passo que as ofertadas pela Unesp, 65, totalizando um número de 285 planos de ensino coletados.

Por meio da ferramenta de busca oferecida pelo próprio *software*, foram identificadas as disciplinas que abordavam a temática das relações étnico-raciais com a inserção dos seguintes termos-chave: “étnico-racial”; “pós-colonial”; “África”; “sociologia” e “decolonial”. É importante ressaltar que os três primeiros deles foram consultados também em possíveis variações ortográficas, sendo elas: “étnico-raciais”, “etnico-racial”, “etnico-raciais”, “étnicorracial”, “étnicorraciais”, “etnicorracial”, “etnicorraciais”, “pós-coloniais”, “pós colonial”, “pós coloniais”, “pos colonial”, “pos coloniais”, “pos-colonial”, “pos-coloniais” e “africa”.

Como o termo étnico-racial e suas variações não foram localizados, alterou-se a busca para as palavras “étnico”, “étnica” e seus plurais, além de “racial” e “raciais”, todas as quais foram encontradas e selecionadas. Quanto ao termo “sociologia”, devido à sua grande abrangência (pouca especificidade isoladamente), só foram incluídas na seleção as disciplinas que possuíam o termo associado a pelo menos um dos outros.

Outro fator que direcionou a seleção foi a presença dessas palavras nas colunas B e C, sendo excluídas aquelas que apareceram apenas nas colunas A e D. Na coluna E, nenhuma delas pôde ser encontrada, uma vez que o campo era restrito a identificar as disciplinas apenas em “obrigatória” e “eletiva”.

3.1.1 Curso de Ciências Sociais USP

Da busca realizada, resultaram apenas 29 das 220 disciplinas oferecidas pela USP, todas elas eletivas. Puderam ser incluídas, entretanto, somente 26 delas, uma vez que, em leitura total das colunas B e C, 3 revelaram não versar especificamente sobre a temática de interesse desta pesquisa. A Tabela 1 reúne as disciplinas selecionadas, identificadas por seus respectivos códigos, nomes e disponibilização.

Tabela 1 – Disciplinas selecionadas para análise das referências bibliográficas, USP

Código e Nome da Disciplina	Disponibilização
FLA0396 - Tópicos de Antropologia: Marcadores Sociais da Diferença II*	Eletiva
FSL0524 - Desigualdade: Conceito, Mensuração e Novas Abordagens	Eletiva
FSL0537 - Desenvolvimento Econômico e Mudança Social*	Eletiva
FLA0318 - Antropologia da Sociedade Multi-racial Brasileira: O Segmento Negro*	Eletiva
FLA0327 - Introdução à Etnologia da África Sub-Saariana*	Eletiva
FLA0387 - Antropologia das emoções: modos de (re)construção e de regulação da vida social*	Eletiva
FSL0611 - Estrutura de Classes e Estratificação Social	Eletiva
FLA0332 - Uma História da Antropologia Brasileira	Eletiva
FLA0373 - Tópicos de Antropologia das Populações Afro-brasileiras e Africanas*	Eletiva
FLP0449 - Temas do Pensamento Político Latino-Americano	Eletiva
FLA0358 - Antropologia e Direito*	Eletiva
FLA0395 - Antropologia da guerra*	Eletiva
FLA0403 - Pensamento Social Caribenho: Racialidade, Cultura e Poder*	Eletiva

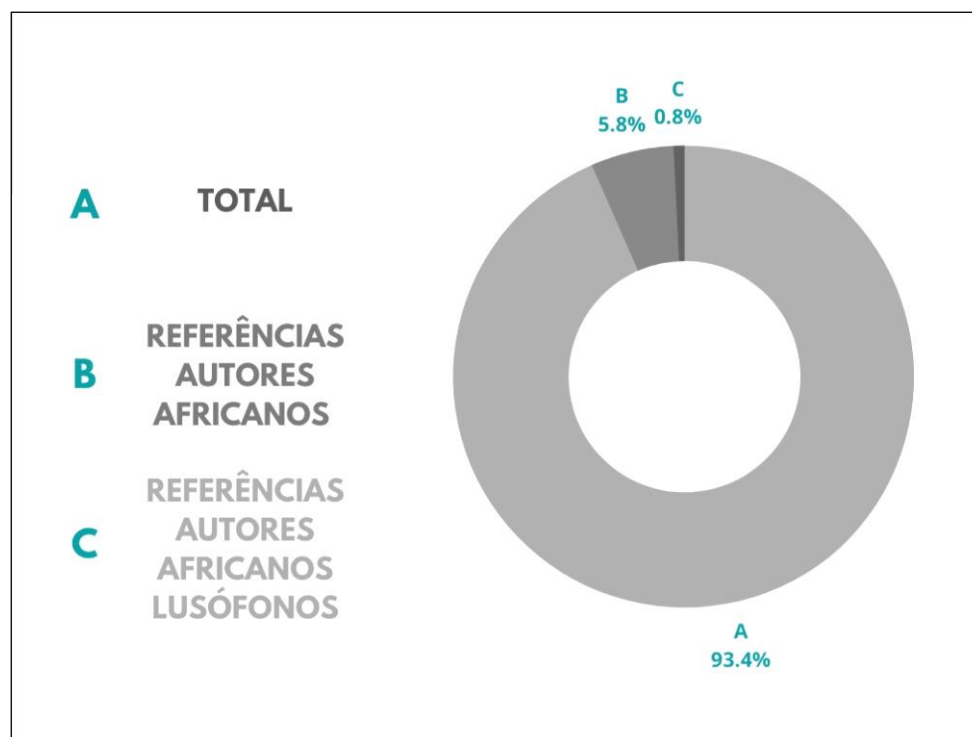
FSL0629 - Sociologia Das Relações Raciais No Brasil	Eletiva
FSL0638 - Sociologia Econômica	Eletiva
FLA0406 - Tópicos de Antropologia Política*	Eletiva
FLA0382 - Antropologia das Emoções: Modos de (re)construção e de Regulação da Vida Social*	Eletiva
FLA0337 - Do Afro ao Brasileiro: Religião e Cultura Nacional	Eletiva
FLA0315 - Estrutura Social e Etnologia Sul Americana: Balanço Crítico e Novas Abordagens	Eletiva
FLP0473 - Política Comparada Global: Porque Algumas Sociedades são mais Pacíficas, Democráticas, Ricas e Iguatárias do que Outras	Eletiva
FLA0335 - Antropologia e Desenvolvimento	Eletiva
FLA0354 - Nascimento da Antropologia Cultural: Franz Boas, a Noção de História, Raça e Cultura	Eletiva
FSL0658 - Tópicos em Sociologia e Questão Racial	Eletiva
FSL0653 - Moralidade, Opinião Pública e Marcadores Sociais da Diferença*	Eletiva
FSL0654 - Raça, Desigualdade e Política no Brasil Contemporâneo	Eletiva
FLA0363 - Raça, Sexualidade e Identidade Nacional*	Eletiva

Fonte: elaboração própria (2022), em que * sinaliza disciplinas com referências de autores africanos em geral.

Cada uma delas teve sua bibliografia consultada individualmente para a contabilização do número de referências total e análise da nacionalidade dos autores. Esse processo revelou um total de 740 referências bibliográficas, entre as quais constavam 46 africanas, distribuídas em 13 disciplinas. No entanto, leituras de autoria africana especificamente lusófona foram apenas 6, ao passo que as demais 40 eram de autores africanos, mas provenientes de outros países que não os Palop.

A Figura 1 apresenta um gráfico com o panorama das referências de autores africanos lusófonos e outras referências de autoria africana, frente ao total. Submetidos à análise estatística simples, esses valores representam, em porcentagem, respectivamente 0,81%, 5,4% e 6,21%.

Figura 1 – Porcentagem de referências africanas lusófonas e de outra autoria africana frente ao total de disciplinas, Universidade de São Paulo



Fonte: elaborada pelo autor (2022).

Sobre as seis referências de autores africanos lusófonos, cinco pertenciam a Carlos Moreira Henriques Serrano, proveniente de Angola, e uma a José Luís de Oliveira Cabaço, de Moçambique. As cinco primeiras fazem parte da bibliografia de apenas uma disciplina – FLA0327 - Introdução à Etnologia da África Sub-Saariana –, e a última consta nas referências bibliográficas de outra – FLA0395 - Antropologia da guerra –, ambas contando também com pelo menos mais uma obra de autor africano não lusófono. Devido a essa pouca expressividade em relação ao total, ambos os estudiosos encontrados são abordados em maior detalhe na discussão dos resultados deste relatório.

3.1.2 Curso de Ciências Sociais UNESP, câmpus de Araraquara

Procedida a busca pelos termos-chave, puderam ser selecionadas somente 11 das 65 disciplinas oferecidas pelo curso e, após a leitura completa das colunas B e C, apenas 10 foram consideradas pertinentes. Desse conjunto, 8 disciplinas eram ministradas em regime obrigatório e 2 eram eletivas, conforme se verifica na Tabela 2.

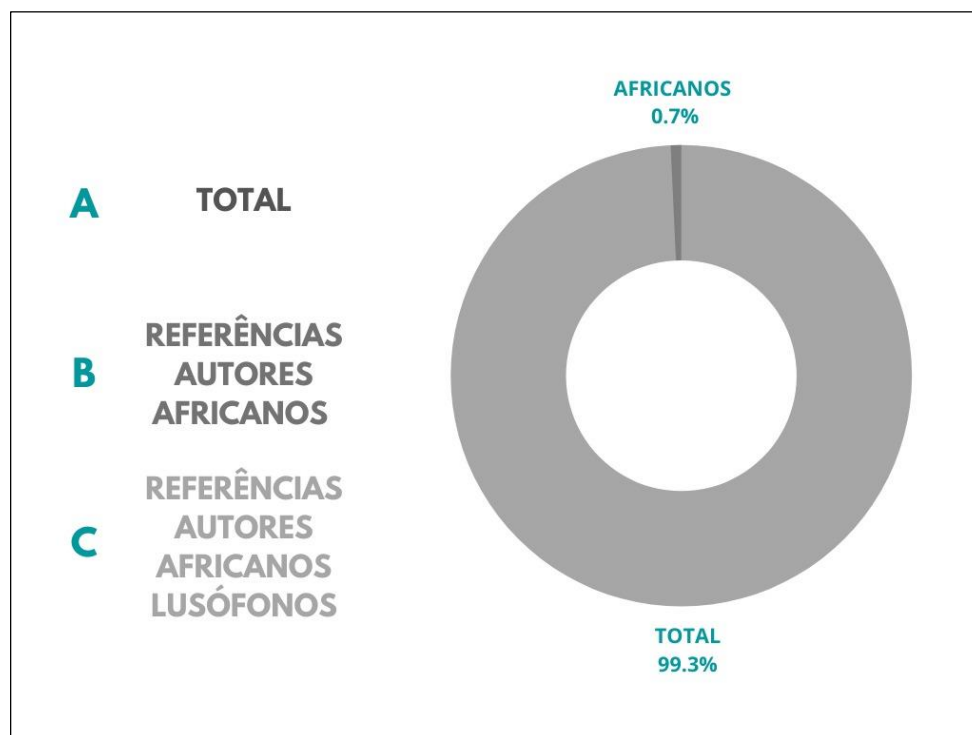
Tabela 2 – Disciplinas selecionadas para análise das referências bibliográficas, UNESP

Código e Nome da Disciplina	Disponibilização
APF9845 Introdução a Antropologia	Obrigatória
ECO1260 História Geral*	Obrigatória
APF9853 Fundamentos do Evolucionismo	Obrigatória
ECO1294 História do Brasil	Obrigatória
SOC1244 Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira	Obrigatória
APF9039 Antropologia Brasileira	Obrigatória
APF9055 Pensamento Político no Brasil	Obrigatória
SOC1236 Sociologia Brasileira	Obrigatória
APF3014 - Geografia e Meio Ambiente	Eletiva
SOC3093 - O Fenômeno do Populismo Contemporâneo*	Eletiva

Fonte: elaboração própria (2022), em que * sinaliza disciplinas com referências de autores africanos em geral.

Foi consultada a lista de referências bibliográficas de todas as disciplinas em busca de autores africanos lusófonos, entretanto nenhum foi encontrado, entre as 269 obras. Apenas duas, uma em cada disciplina, conforme consta sinalizado na Tabela 2, continham autores africanos, mas oriundos de países que não os Palop. Logo, pôde-se verificar que, estatisticamente, há apenas cerca de 0,74% de referencial africano na bibliografia abordada pelo curso, como demonstrado no gráfico da Figura 2.

Figura 2 – Porcentagem de referências de outra autoria africana frente ao total de disciplinas, UNESP, câmpus de Araraquara



Fonte: elaborada pelo autor (2022).

3.2 Considerações sobre a aplicação de questionário

Quanto aos questionários, estes foram elaborados por meio do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms* (APÊNDICE B), estando disponíveis para aplicação mediante o compartilhamento do seguinte *link*: <https://forms.gle/u1ky96PcsxriP2yE9>.

Para sua aplicação, anteriormente ao relatório parcial, foram enviados *e-mails* para os endereços de coordenadores dos respectivos cursos disponibilizados também em seus *websites*, a fim de requerer auxílio na distribuição dos mesmos para os alunos de graduação que estivessem enquadrados nos critérios de inclusão. Tal tentativa de contato não obteve resposta por parte da Unesp. Quanto à USP, foi estabelecido contato, com resposta no dia 10 de janeiro de 2021, entretanto o coordenador relatou que não seria possível auxiliar na execução desta etapa da pesquisa, sugerindo que os questionários fossem enviados a grupos de graduação formados na rede social *Facebook* com os alunos do curso. Como existem critérios rígidos de inclusão do participante para validar sua resposta ao questionário, a autora e o orientador julgaram não ser adequado tal compartilhamento.

Em decorrência disso, foram novamente enviados e-mails para contactar as universidades no dia 18 de julho de 2022, porém direcionados a outros endereços. No que diz respeito à USP, foi encaminhado o e-mail para o endereço do Departamento de Sociologia do Curso de Ciências

Sociais e endereço disponibilizado para divulgação de eventos, atividades acadêmicas ou informações afins do Programa e de outras instituições. Já quanto à UNESP, foi enviado para o endereço eletrônico do professor líder do antigo grupo de trabalho do NUPE- CLADIN-NEAD, pela afinidade de seus estudos e práticas com a temática.

De todas essas tentativas, somente no dia 21 de julho de 2022, a pesquisadora recebeu o contato de uma aluna de Mestrado do programa de Pós-Graduação em Sociologia oferecido pela USP revelando que a Secretaria de Pós-Graduação havia encaminhado o e-mail que recebera e se voluntariando a participar. Tal resposta revela que a universidade recebeu, de fato, as mensagens eletrônicas e fez a tentativa de colaborar com esta pesquisa, entretanto não foram estabelecidos outros contatos exceto o dessa estudante. Por fim, é importante ressaltar que esta não se enquadrava nos critérios de seleção por estar cursando Mestrado, logo não pôde responder ao questionário. Quanto à tentativa de contato com o professor vinculado à UNESP, não houve retorno. Assim, foi impossibilitada a realização desta etapa da pesquisa.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Devido à impossibilidade de aplicação dos questionários, a presente discussão traz apenas considerações a respeito da pesquisa documental. Em vista de terem sido encontradas escassas referências a autores africanos lusófonos, são trazidos alguns dados biográficos desses autores, associados a reflexões sobre sua presença na bibliografia dos planos de ensino. Por fim, esta discussão também acrescenta um autor que não se encontra diretamente presente na bibliografia das disciplinas que versam sobre a temática em estudo, porém que pode trazer luz às conclusões desta pesquisa.

4.1 Carlos Moreira Henriques Serrano

Nascido em 1942, em Angola, Carlos Serrano foi professor da Universidade de São Paulo de 1976 até 2011, vinculado à área da Antropologia, ministrando várias disciplinas para graduação e pós-graduação (SERRANO, 2015).

Participou ativamente

da luta pela independência das colônias portuguesas na África, desde que, na passagem dos anos cinquenta para os sessenta, ingressou na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, e depois foi, juntamente com muitos dos seus conterrâneos, obrigado ao exílio político em Paris, Argel e Lausanne, e à incessante busca de uma nova identidade baseada nos valores e princípios de todos aqueles da terra natal. (CUNHA, 2011, p. 327).

Entre as obras de sua autoria que constam no plano de ensino da disciplina FLA0327 – Introdução à Etnologia da África Sub-Saariana, estão: Os Senhores da Terra e os Homens do Mar, Antropologia Política de um Reino Africano (1983); O processo de constituição dos Estados Nacionais e as questões culturais (1992); A Revolta dos Colonizados. O processo de descolonização e as independências da África e da Ásia (1995, com Kabengele Munanga); Memória D'África. A temática africana na sala de aula (2008); e Angola: Nascimento de uma Nação. Um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional (2009, com Maurício Waldman).

Como informa seu currículo na plataforma Lattes (SERRANO, 2015), o próprio estudioso ministrava, quando em atividade, a disciplina em que constam obras de sua autoria. Tal consideração é importante, pois sugere que, ao mesmo tempo em que é válido se basear na sua própria produção acadêmica para versar sobre assunto que envolve a África Sub-Saariana, sendo ele homem dessa mesma África, portanto com domínio e muitos anos de estudo sobre a temática, deixa evidente que, na instituição acadêmica de que faz parte, seu trabalho não

ultrapassaria as barreiras de sua sala de aula para basear estudos ou discussões promovidas por outros professores do curso quando em momentos do pensar as relações étnico-raciais no Brasil.

4.2 José Luís de Oliveira Cabaço

A referência encontrada do autor José Luís de Oliveira Cabaço, na disciplina FLA0395 – Antropologia da guerra, consiste em sua tese de doutoramento em Antropologia no programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Esse estudo foi orientado pelo professor doutor Kabengele Munanga, naturalizado brasileiro desde 1985, mas também africano, de origem congoleza, que teve sua trajetória na universidade de 1980 a 2012, atuando, sobretudo:

nas áreas de Antropologia da África e da População Afro-Brasileira, com enfoque nos seguintes temas: racismo, políticas e discursos antirracistas, negritude, identidade negra versus identidade nacional, multiculturalismo e educação das relações étnico-raciais [...] como Diretor do Museu de Arqueologia [...] e Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. (MUNANGA, 2022, p. 1).

Segundo revelam seus agradecimentos, em Exame de Qualificação, o estudo foi avaliado pelo professor Carlos Serrano, anteriormente referido, e por Lourenço do Rosário, ocasião na qual esses estudiosos puderam sugerir aspectos que ampliaram as perspectivas de sua pesquisa.

A ideia do estudo, intitulado “Moçambique: identidades, colonialismo e libertação”, foi inicialmente concebida por ocasião da participação de Cabaço em um seminário de três meses na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que, de acordo com ele, experienciou uma pesquisa em que se beneficiou “da viva interlocução motivada pela paixão pela África” entre ele e Marcelo Bittencourt (CABAÇO, 2007).

Em linhas gerais, a tese debruçou-se sobre os cem anos que antecederam a independência de Moçambique, que se deu em 1975, com o objetivo de refletir multidisciplinarmente sobre as políticas de identidade promovidas pela Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO – em oposição às do estado colonial português. Entre elas, o estudioso discute acerca do lusotropicalismo, já abordado na revisão bibliográfica da presente pesquisa, do lado português, em contraste “à política de identidade nacional proposta pela FRELIMO, foi privilegiada pela pesquisa e dialética que ela estabelece com as sociedades tradicionais” (CABAÇO, 2007, p. 12).

É importante mencionar, assim, que está alinhada à ementa e aos objetivos da disciplina na qual o estudo está presente, em que se afirma que pretende observar “o lugar dos conflitos

armados, da guerra e das violências física e simbólica na produção do saber antropológico, tendo como foco específico, mas não exclusivo, os trabalhos produzidos em diferentes países do continente africano.” (JÚPITER, 2022, p. 1). Além disso, em seus objetivos, está registrado que o que direciona o curso segue “as provocativas reflexões de Jacklyn Cock em *The Place of Gender in a Demilitarisation Agenda*, no sentido de questionar e refletir sobre o lugar do militarismo na produção e na solução não somente de conflitos, mas igualmente da violência e da desigualdade social e de gênero.” (JÚPITER, 2022, p. 1).

Tais transcrições transparecem uma característica comum a muitos nomes africanos conhecidos na esfera intelectual: o seu vínculo a conflitos armados vividos em seus próprios países, assim como podemos elencar o próprio Carlos Serrano, outrora referido, antes de iniciar sua vida acadêmica associada à Universidade de São Pulo. Essa constatação é, mais adiante, abordada em maior detalhe, na seção dedicada ao autor Lourenço do Rosário.

4.3 Lourenço do Rosário

Nascido em Sofala, Moçambique, Lourenço Joaquim da Costa Rosário é doutor em Literaturas Africanas, Reitor da Universidade Politécnica – A POLITÉCNICA, em Moçambique e Professor Titular da Universidade Eduardo Mondlane, entre outros cargos de liderança envolvendo o âmbito acadêmico (ROSÁRIO, 2010), sendo, pois, figura importante e respeitada na produção e promoção do conhecimento científico na área das Ciências Humanas e Sociais.

Embora não estivesse presente diretamente na bibliografia das disciplinas verificadas, participou do Exame de Qualificação da tese de José Cabaço, como já mencionado, de modo a contribuir com o avanço de sua pesquisa (CABAÇO, 2007).

Entre as produções de sua autoria, o livro “Moçambique: história, culturas, sociedade e literatura”, publicado em 2010, reúne uma série de textos elaborados pelo autor em diferentes ocasiões e para diferentes propósitos, desde aqueles publicados em jornal até os que foram escritos para serem discursados em datas significativas perante público acadêmico.

Nele, entre diversas considerações importantes acerca da área da Literatura oral e escrita em Moçambique, bem como aspectos sobre a Língua Portuguesa, o autor volta-se à história e a aspectos sociais do país, desenvolvendo reflexões teóricas que podem ser utilizadas para discutirmos os resultados do presente estudo.

Primeiramente, pode-se mencionar o que estudioso acredita estar na essência da falta de conhecimento, até mesmo dentro do seu próprio país, sobre estudiosos africanos. Tratar-se-ia

de um olhar dos próprios conterrâneos voltado para fora de seu país, somado ao fato de que aqueles poucos que poderiam ser considerados importantes estão majoritariamente vinculados à esfera política, não somente à produção de conhecimento acadêmico (ROSÁRIO, 2010).

Em reflexão epistemológica que tece sobre o fenômeno da Globalização, afirma:

O grande defeito que detecto nas nossas reflexões sobre esta situação em que nos encontramos, é que não conseguimos libertar-nos da linha de pensamento dos grandes filósofos e outros teóricos da economia, da política e das demais Ciências Sociais e Humanas que no século XIX e até antes dirimiram as suas ideias sobre uma situação muito concreta, que já não é a nossa, Marx, Max Weber, Adam Smith, Leão XII e os demais enciclopedistas que inspiraram grande avanço no saber e no pensamento dos três séculos agitados no Ocidente. (ROSÁRIO, 2010, p. 60-61).

Para completar, conclui que

a política e o discurso político se sobrepuseram à reflexão cultural à volta desse debate [colocar a África no concerto das nações respeitadas no mundo]. Assim, encontraremos nomes como Kwame N'krumah, Abdul Nasser, Julius Nyerere, Sekou Touré, Leopold Senghor, como os nomes mais citados na história de África, sendo todos eles políticos. (ROSÁRIO, 2010, p. 80).

E finaliza essa consideração desafiando sua plateia a procurar um antropólogo, sociólogo ou historiador que tenha encontrado eco para suas ideias de modo a atingir tanta dimensão, difusão e impacto quanto os mencionados políticos (ROSÁRIO, 2010).

Nesse sentido, é possível compreender a ausência de um olhar voltado a essa produção de conhecimento nos planos de ensino das disciplinas analisadas neste estudo. Tal falta, entretanto, não é interessante, pois não aproxima estudantes de nomes como esses que, embora ligados à luta pela libertação nacional de suas terras natais, têm convicções advindas de suas vivências nesses países e análises da realidade local capazes de trazer muitos pontos de articulação com a realidade brasileira – alguns já mencionados na revisão bibliográfica desta pesquisa, como Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral – ou mesmo impossibilita a descoberta de outros estudiosos que, potencialmente, têm análises ricas e, inclusive, menos subjetivas sobre a questão que envolve as relações étnico-raciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revelou que, em duas das principais universidades públicas do estado de São Paulo, há inexpressiva contribuição de referenciais africanos lusófonos na produção de conhecimento na área das Ciências Sociais, assim como de produções com outra autoria africana, não proveniente dos Palop.

Na Universidade de São Paulo, foram encontradas apenas seis referências de autores africanos lusófonos em somente dois planos de ensino das disciplinas verificadas, sendo cinco de Carlos Henrique Serrano e uma de José Cabaço, ao passo que, na UNESP, câmpus de Araraquara, nenhuma constava nos planos.

Ainda que de maneira pouco aprofundada, as discussões do resultado desta pesquisa documental trouxeram algumas reflexões teóricas desses autores e de Lourenço do Rosário e temas de estudo como maneira de traçar um panorama geral das contribuições que podem trazer quando abordadas.

Quanto às referências atribuídas a Carlos Serrano, verificou-se a centralidade na temática de África, entretanto em disciplina por muitos anos pelo autor mesmo ministrada, o que revela maior restrição de sua abrangência, mesmo na universidade em que esteve assentado durante grande parte da carreira.

Com relação a José Cabaço e sua Tese de Doutorado, foi observado que se concentrava nos cem anos que antecederam a independência de Moçambique e estava presente em disciplina que visava ao estudo do saber antropológico produzido em – portanto potencialmente influenciado por – cenários de violência armada, física ou mesmo simbólica e a possibilidade de seu envolvimento na promoção de desigualdades sociais.

Por fim, o autor Lourenço do Rosário foi mencionado para auxiliar na compreensão dessa escassez bibliográfica, bem como para justificar a associação frequente desses conhecimentos com o cenário político em conflito armado por parte de seus autores.

Logo, guardadas as devidas limitações do objeto de estudo, que, bem se sabe, podem não refletir de maneira extremamente fiel e precisa a realidade da sala de aula universitária, foi demonstrado que se perdem contribuições africanas lusófonas importantes para discutir as relações étnico-raciais no âmbito universitário não só brasileiro, mas também nos próprio Palop.

REFERÊNCIAS

- ARENAS, Fernando. **África lusófona: além da independência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. 440 p.
- BARBOSA, Muryatan S. **A razão africana: breve história do pensamento africano contemporâneo**. São Paulo: Todavia, 2020. 216 p.
- BASTOS, R. F.; GONÇALVES, T. M. Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para a educação brasileira. **Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ.**, Vitória - ES, v.21, n. 2, p. 26-38, jul./dez. 2015.
- BATISTA, Vanessa Oliveira. O fluxo migratório mundial e o paradigma contemporâneo de segurança migratória. **Revista Versus**, v. 3, p. 68-78, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/224883551_O_FLUXO_MIGRATORIO_MUNDIAL_E_O_PARADIGMA_CONTEMPORANEO_DE_SEGURANCA_MIGRATORIA. Acesso em: 19 mar. 2021.
- CABAÇO, José de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Tese de Doutorado no Programa de Antropologia Social da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob a orientação do Prof. Dr. Kabengele Munanga. São Paulo, 2007. 475 p.
- CARVALHO, Clara. Patrick Chabal e a África lusófona. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, v. 27, p. 13-20, jan./jun. 2014.
- CUNHA, Daniel de Oliveira. SERRANO, Carlos. Angola, nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção de identidade nacional. Luanda: Edições Kilombelembe, 2009. 377 p. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p. 327-332, 2011.
- FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. Amílcar Cabral: construção da nação e modernização da cultura. In: CARVALHO FILHO, Silvio de; NASCIMENTO, Washington (orgs.). **Intelectuais das Áfricas**, 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. 479 p.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2008. 200 p.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. v. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- KAGIBANGA, Victor. A questão da ruptura e da continuidade (proto)nacionalista na obra de Mário Pinto de Andrade: uma contribuição ao estudo sociológico do programa de pesquisa do 2º volume da obra *Origens do Nacionalismo Africano*. **Revista Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 20-21, p. 285-303, 1997/1998.
- KANT, Immanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime: ensaio sobre as doenças mentais**. 1764. Disponível em: http://www.filosofia.com.br/figuras/livros_inteiros/170.txt. Acesso em: 19 mar. 2021.

LOPES, Carlos. África e os desafios da cidadania e inclusão: o legado de Mário de Andrade. **Clio Série Revista de Pesquisa e História**, v. 1, n. 16, p. 34-58, 2008.

LOPES, Carlos. CPLP: Paradoxo certo ou futuro incerto. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, v. 7, p. 1-4, 2011.

MACEDO, José Rivair. Introdução. *In*: MACEDO, José Rivair (org.). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. 368 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2003. 311 p.

MARTINS, Carlos Augusto de Miranda. Racismo científico e os projetos políticos de nação brasileira. *In*: FEITOSA, L. C.; FUNARI, P. P.; Zanlochi, T. S. (org.) **As veias negras do Brasil: conexões brasileiras com a África**. Bauru, SP: Edusc, 2012. 340 p.

MAXIMILIANO, Silvio Motta. Aspectos históricos e antropológicos da institucionalização do sistema de cotas para afrodescendentes. *In*: FEITOSA, L. C.; FUNARI, P. P.; Zanlochi, T. S. (org.) **As veias negras do Brasil: conexões brasileiras com a África**. Bauru, SP: Edusc, 2012. 340 p.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. **Revista USP**, São Paulo, n. 45, p. 48-61, mar./mai. 2000.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura**. São Paulo: Editora Schwarz S.A., 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo, SP: Editora Perspectiva Ltda., 2020. 319 p.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Currículo do sistema currículo Lattes**, 13 mai. 2022. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 11 set. 2022.

NASSARALA, Nair Leite Ribeiro. Ensino de história e conceitos: aprendizagem significativa e cultura afro-brasileira. *In*: FEITOSA, L. C.; FUNARI, P. P.; Zanlochi, T. S. (org.) **As veias negras do Brasil: conexões brasileiras com a África**. Bauru, SP: Edusc, 2012. 340 p.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, n. 3. 2003.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. África pré-colonial: ambiente, povos e culturas. *In*:

VISENTINI, P. F.; RIBEIRO, L. D. T.; PEREIRA, A. D. **História da África e dos africanos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 236 p.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Sociologia da educação**: do positivismo aos estudos culturais. São Paulo: Editora Ática, 2010. 176 p.

ROCHA E SILVA, António João de Sousa. **A ciência social também é negra!** O caso de Mário Pinto de Andrade. 107 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

RODRIGUES, Eni Alves. Mía Couto e as possibilidades literário pedagógicas para a lei nº 10.639/03. **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 34, jul/dez. 2017.

ROLIM, Gustavo Koszeniewski. Revolução e cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral. *In*: MACEDO, José Rivair. **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. 368 p.

ROMERO, Sylvio. **A literatura brasileira e a crítica moderna**: ensaio de generalização. Imprensa Industrial, 1880. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=110569>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ROSÁRIO, Lourenço do. **Moçambique**: história, culturas, sociedade e literatura. Belo Horizonte: Nadyala, 2010. 183 p.

SERRANO, Carlos Moreira Henriques. **Currículo do sistema currículo Lattes**, 25 mai. 2015. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 11 set. 2022.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 478 p.

TÉ, Didier. **A teoria como arma de luta**: unidade, luta e cultura no pensamento político de Amílcar Cabral. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia, Redenção, 2016.

TOMÁS, António. Quem tem medo da lusofonia? **Buala**, Lisboa, jan. 2011. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/a-ler/quem-tem-medo-da-lusofonia>. Acesso em: 30 mar. 2022.

JÚPITER, Sistema de Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia. **Disciplina**: FLA0395 – Antropologia da Guerra. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sldis=FLA0395>. Acesso em: 11 set. 2022.

VISENTINI, Paulo Fagundes. As relações Brasil-África: da indiferença à cooperação. *In*:

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 236 p.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA A
ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

1. Em qual instituição de ensino superior você cursa a graduação em Ciências Sociais?
 - a) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
 - b) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
 - c) Universidade de São Paulo (USP)
2. Você teve contato com produções na área de Ciências Sociais de autores africanos lusófonos nas disciplinas obrigatórias do seu curso de graduação?
 - a) Sim
 - b) Não
3. Você teve contato com produções na área de Ciências Sociais de autores africanos lusófonos nas disciplinas eletivas (optativas) do seu curso de graduação?
 - a) Sim
 - b) Não
4. Você considera importante estudar a sociologia africana lusófona para auxiliar a compreensão das relações étnico-raciais brasileiras?
 - a) Sim
 - b) Não
5. Você buscou conhecimento sobre a sociologia africana lusófona fora de seu curso de graduação?
 - a) Sim
 - b) Não
6. Você gostaria de ter mais contato com o estudo da sociologia africana lusófona no curso de graduação?
 - a) Sim
 - b) Não

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ELABORADO NO APLICATIVO DE GERENCIAMENTO DE PESQUISAS *GOOGLE FORMS*

30/03/2022 21:24

SOCIOLOGIA LUSÓFONA-AFRICANA E O ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

SOCIOLOGIA LUSÓFONA-AFRICANA E O ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Questionário Projeto de Pesquisa - Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO)

Discente: Clara Fassoni Bonachela

Docente: Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli

Caro(a) colaborador(a),

Sua participação está vinculada ao projeto de pesquisa de Iniciação Científica cujo nome consta no título deste formulário, sendo fundamental para o andamento do estudo.

Em caso de dúvidas, entre em contato por meio do e-mail clarafassoni@gmail.com.

Agradecemos a sua disponibilidade.

***Obrigatório**

1. E-mail *

2. Em qual instituição de ensino superior você cursa a graduação em Ciências Sociais? *

Marcar apenas uma oval. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) Universidade de São Paulo (USP)

3. Você teve contato com produções na área de Ciências Sociais de autores africanos lusófonos dentro do seu curso de graduação? *

Marcar apenas uma oval. Sim Não

30/03/2022 21:24

SOCIOLOGIA LUSÓFONA-AFRICANA E O ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

4. 3. Você teve contato com produções na área de Ciências Sociais de autores africanos lusófonos nas disciplinas eletivas (optativas) do seu curso de graduação?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

5. 4. Você considera importante estudar a sociologia africana lusófona para auxiliar a compreensão das relações étnico-raciais brasileiras?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

6. 5. Você buscou conhecimento sobre a sociologia africana lusófona fora de seu curso de graduação?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

7. 6. Você gostaria de ter mais contato com o estudo da sociologia africana lusófona no curso de graduação?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Senhor (a),

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar de um estudo intitulado “**Sociologia lusófona-africana e o estudo das relações étnico-raciais no Brasil**”, que será desenvolvido pela pesquisadora Clara Fassoni Bonachela, estudante do Curso de Letras – Português e Inglês, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli, docente do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Sagrado Coração.

Neste estudo, nosso objetivo é **identificar a contribuição do pensamento sociológico africano lusófono na construção de conhecimento das relações étnico-raciais brasileiras.**

Para isso, **solicitamos sua participação por meio de resposta a um questionário virtual com 6 questões fechadas a respeito da universidade em que cursa graduação e seu contato e opiniões sobre a temática investigada.**

As **informações serão mantidas em sigilo, garantindo que não ocorrerá a identificação de seu nome ou e-mail.** Essas informações serão utilizadas apenas para compor os resultados deste estudo, sendo apresentadas em eventos da área científica e publicá-los em revista científica ou outro meio de divulgação científica. Suas respostas estarão sob cuidado e acesso exclusivo dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa.

Para participar deste estudo o (a) Sr. (a) **não terá nenhum custo**, nem receberá qualquer vantagem financeira, mas será garantido, se necessário, o ressarcimento de suas despesas, e de seu acompanhante, como transporte e alimentação.

Quanto aos **riscos envolvidos**, pode ocorrer constrangimento de abordagem e de participação em resposta ao questionário, embora este seja composto por poucas perguntas e as respostas preservadas em anonimato. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Espera-se que este estudo **contribua** positivamente com a sociedade, à medida que preza pela superação da produção de conhecimento científico exclusivamente eurocêntrica, a qual ignora o valor que pode ser agregado à compreensão da diversidade étnico-racial no Brasil e à busca por relações sociais não hierarquizadas por esse aspecto pela inclusão de referenciais teóricos africanos dentro do conhecimento sociológico.

Destacamos que sua participação é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

Da mesma forma, caso decida não participar do estudo, ou tomar a decisão, em qualquer momento, de desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, penalidade ou constrangimento, e,

também não haverá qualquer modificação na assistência que vem recebendo no CRAS e em outras instituições.

Os pesquisadores estarão sempre à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa e, para tal, no final deste documento se encontram seus nomes e forma de contato.

Participante

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos deste estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bauru, _____ de _____ de _____

Assinatura

Pesquisador principal:

Nome: Bruno Vicente Lippe Pasquarelli

E-mail: bruno.pasquarelli@unisagrado.edu.br | Telefone: (14) 99772-0444

Assinatura do pesquisador

Data:

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar: CEP
UNISAGRADO – Comitê de Ética em Pesquisa do UNISAGRADO
Centro Universitário Sagrado Coração
Rua Irmã Arminda 10-60, Bauru - SP

Fone: (14) 2107-7340 / horário de funcionamento: 2a. a 6a. feira das 8:00 às 17:00 E-mail:
cep@unisagrado.edu.br

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SOCIOLOGIA LUSÓFONA-AFRICANA E O ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Pesquisador: BRUNO VICENTE LIPPE PASQUARELLI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 44776221.4.0000.5502

Instituição Proponente: Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.621.836

Apresentação do Projeto:

Proposta de IC a ser desenvolvida por uma estudante do Curso de Letras – Português e Inglês por meio da análise dos planos de disciplinas obrigatórias e eletivas dos cursos de Ciências Sociais das três principais universidades públicas do estado de São Paulo –UNICAMP, UNESP e USP, bem como pela aplicação de um questionário por meio do Google Forms, contendo 6 perguntas fechadas, com alternativas sim e não, a 30 estudantes do último período desses cursos de graduação, 10 de cada instituição.

Objetivo da Pesquisa:

“Investigar a contribuição do pensamento sociológico africano lusófono na construção de conhecimento das relações étnico-raciais brasileiras em cursos de Ciências Sociais das principais universidades públicas do estado de São Paulo - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e Universidade de São Paulo (USP);

- Identificar as disciplinas obrigatórias e/ou eletivas dos cursos de Ciências Sociais das IESs selecionadas que contemplam o conhecimento sociológico africano lusófono a respeito das relações étnico-raciais em sua bibliografia;
- Estimar a quantidade de estudantes do último período de Ciências Sociais das IESs selecionadas que tiveram algum contato com esse referencial dentro do curso de graduação;
- Colaborar com o desenvolvimento da necessidade de discussão da sociologia africana no Brasil,

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pos-Graduação

Bairro: Rua Irmã Armanda Nº 10-50

CEP: 17.011-160

UF: SP

Município: BAURU

Telefone: (14)2107-7260

E-mail: cep@unisagrado.edu.br



Continuação do Parecer: 4.621.836

mostrando sua importância para a compreensão das relações étnico-raciais”.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

“Possível constrangimento de abordagem e de participação em resposta ao questionário, embora este seja composto por poucas perguntas e as respostas preservadas em anonimato. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos”.

Benefícios

“Espera-se que este estudo contribua positivamente com a sociedade, à medida que preza pela superação da produção de conhecimento científico exclusivamente eurocêntrica, a qual ignora o valor que pode ser agregado à compreensão da diversidade étnico-racial no Brasil e à busca por relações sociais não hierarquizadas por esse aspecto pela inclusão de referenciais teóricos africanos dentro do conhecimento sociológico”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto bem apresentado, com proposta e objetivos claros e metodologia apropriada. Propõe uma boa reflexão sobre a influência do saber eurocêntrico sobre a educação superior brasileira e a necessidade de conhecer os referenciais teóricos africanos e afro-brasileiros para melhor compreensão do tipo de abordagem realizada e da questão étnico-racial no Brasil.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos estão de acordo com as indicações do CEP.

Recomendações:

Recomenda-se o detalhamento dos meios pelos quais o pesquisador assumirá os riscos previstos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nada a declarar.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1722235.pdf	22/03/2021 22:08:34		Aceito

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pos-Graduação
Bairro: Rua Irmã Arminda Nº 10-50 **CEP:** 17.011-160
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)2107-7260 **E-mail:** cep@unisagrado.edu.br



Continuação do Parecer: 4.621.836

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anexo_A_TCLE_Clara.docx	22/03/2021 22:04:21	BRUNO VICENTE LIPPE PASQUARELLI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_ic_Clara.docx	22/03/2021 22:03:29	BRUNO VICENTE LIPPE PASQUARELLI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_CEP.pdf	22/03/2021 21:59:00	BRUNO VICENTE LIPPE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BAURU, 30 de Março de 2021

Assinado por:
Sara Nader Marta
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pos-Graduação
Bairro: Rua Irmã Arminda Nº 10-50 **CEP:** 17.011-160
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)2107-7260 **E-mail:** cep@unisagrado.edu.br